

Estados e municípios dobram endividamento

BRASÍLIA — A dívida dos estados e municípios com bancos privados e públicos mais do que dobrou no primeiro trimestre deste ano, se comparada ao mesmo período do ano passado. Enquanto no primeiro trimestre do ano passado governos estaduais e prefeituras tomaram empréstimos de R\$ 1,74 bilhão, dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostram que neste ano a conta subiu para R\$ 4 bilhões. O governo constatou que os prefeitos correram aos bancos porque a legislação proíbe, em ano de eleição, operações de endividamento após 2 de abril.

As dívidas contratuais do estado e dos municípios do Rio de Janeiro, por exemplo, subiram, no primeiro trimestre do ano, de R\$ 27,8 milhões (em 1995) para R\$ 476,5 milhões. Este número só é superado por Minas Gerais, que tomou R\$ 806,1 milhões junto aos bancos.

Segundo a Resolução 69 do Senado, em ano eleitoral os municípios só podem contratar operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) até 2 de abril. O dispositivo diz também que, em anos eleitorais, o pagamento dessas dívidas deve ser feito até novembro. Normalmente, essas operações podem ser contratadas em qualquer mês para pagamento até janeiro.

Descontrole — Em tese, uma operação de ARO deveria funcionar apenas para antecipar uma receita que o estado ou o município vai receber ao longo do ano. O governo desconfia, porém, que haja descontrole dos gastos. Em 1995, estados e municípios foram os maiores responsáveis pelo déficit do setor público, que atingiu quase 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi um dos

maiores desde o final da década de 80.

Outro problema assinalado pelos técnicos do governo é que os empréstimos de ARO são caríssimos (os juros cobrados são os do mercado, que hoje estão por volta de 3% para uma inflação inferior a 1% ao mês). Geralmente, os bancos exigem, como garantia aos empréstimos, a arrecadação dos estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em 1995, por exemplo, os estados se endividaram tanto com ARO que, no final do ano, não conseguiram honrar o débito, obrigando o governo federal a criar um programa para socorrê-los. Os municípios também pediram ajuda, que acabou sendo recusada pelo governo.

A antecipação das operações de ARO feitas até agora pelos prefeituras elevou em 47,6% a dívida dos municípios, que passou de R\$ 595 milhões, no primeiro trimestre do ano passado, para R\$ 878,6 milhões neste ano. No caso dos estados, as dívidas de ARO diminuíram para R\$ 931,7 milhões, mas a dívida de longo prazo subiu para R\$ 2 bilhões.

☐ O ministro da Fazenda, Pedro Malan, defendeu ontem o reajuste salarial do Banco Central (BC) e disse que é "impossível" dar o aumento de 46% reivindicado pelos demais funcionários públicos. Em entrevista ao programa Bom Dia Brasil, Malan disse que é "natural" o reajuste dos funcionários do BC porque a sociedade tem cobrado eficácia e eficiência na fiscalização bancária. Segundo Malan, o BC vem perdendo muitos funcionários por aposentadoria e por "desencanto com as leviandades que se dizem sobre a instituição".